

Dossiê

Direitos Humanos e Violência: desafios de um contexto de retrocessos

Andres del Rio¹

André Rodrigues²

João Trajano Sento-Sé³

Resumo

Pilar do processo de redemocratização que varreu da América Latina vários regimes autoritários nas duas últimas décadas do século XX, o conjunto de preceitos fundamentais convencionalmente enfeixados sob a égide dos direitos humanos jamais chegou a ser radicalmente incorporado às dinâmicas políticas e sociais da região. Ao contrário, as interpelações sobre seu alcance, validade e natureza têm sido a tônica de regimes que contrastam a expectativa de consolidação das instituições próprias do Estado democrático de direito com uma perigosa permissividade a práticas tradicionais que reforçam a exclusão de segmentos sociais e admitem o uso da brutalidade como recurso de produção de ordenamento. Os artigos apresentados neste dossiê apontam, discutem e, em certo sentido, denunciam algumas das faces com que este contraste assombra os regimes da região, evidenciando os limites e o caráter inconcluso da redemocratização que segue em curso tortuoso e cheio de acidentes.

Palavras-chave

Direitos humanos. Democracia. América Latina.

Abstract

The human rights precepts, the pillar of the Latin American process of redemocratization, which took place across the final two decades of the twentieth century, have never been radically incorporated into its social and political dynamics. On the contrary, human rights as values are always in doubt and their implementation, reach, validity and nature remain an object of discussion and dispute. Therefore in Latin America, there still is a perverse combination of

¹ Professor adjunto de Ciência Política do Departamento de Geografia e Políticas Públicas do Instituto de Educação de Angra dos Reis – DGP/IEAR/UFF. *E-mail*: andres.delrio@gmail.com.

² Professor adjunto de Ciência Política do Departamento de Geografia e Políticas Públicas do Instituto de Educação de Angra dos Reis – DGP/IEAR/UFF. *E-mail*: rodrigues.andrejl@gmail.com.

³ Professor titular de Ciência Política do Instituto de Ciências Sociais – UERJ. *E-mail*: joaotrajanosentose@gmail.com

certainty about the solidity of the democratic institutions alongside the acceptance of the use of brutality and exclusion as tools to construct social order. The articles gathered in this dossiê reveal, discuss and, in a certain way, denounce this contradiction and highlight some limits of the unfinished and tortuous process of redemocratization in the region.

Keywords

Human rights. Democracy. Latin America.

Os Direitos Humanos são “uma questão permanente”, diz o título de um dos artigos que integram este dossiê. Trata-se de uma definição precisa. Como descreve Lynn Hunt (2009), a eficácia dos Direitos Humanos depende dos movimentos das forças políticas que se vinculam aos seus horizontes normativos ou se contrapõem a eles. A gramática política dos Direitos Humanos se estrutura pelo “paradoxo da autoevidência” (Ibid.). Ao mesmo tempo em que define valores que pretendem universalidade, abre campos de disputa, de pluralidade, de divergência, de diversidade. Fornece, assim, no lugar da desmobilização, da apatia, da coerção, da repressão, como é comum às linguagens políticas do dever, terrenos férteis sobre os quais se organizam os movimentos sociais. Os Direitos Humanos demandam ações e reflexões, nexos entre as palavras e os gestos, que operem pela lógica do movimento, que compreendam que aquilo que o esforço e a imaginação humanos elaboraram de melhor pode ser sempre corroído pelo pior de nós. Por isso que o lema “Nunca mais!” frequentemente é evocado quando se trata das lutas que se travam contra as graves violações de Direitos Humanos. “Nunca mais!” não é um oráculo que define magicamente um veto. Significa: “estaremos sempre atentos para que não se repita”. Uma questão permanente. Como indica Hannah Arendt (2021), os direitos humanos não são um dado, mas um construto, uma invenção humana, em constante processo de construção e reconstrução. Sua definição se atualiza dia a dia, com as novas formas de interpretações e lutas sociais. Os direitos humanos têm ambivalências, condicionantes e contradições.

Os valores que se afirmam, dessa forma, na direção da dignidade humana se orientam para a mobilização das sensibilidades e ações no sentido do outro. Reconhecidos não mais como valores morais, inscritos de uma vez para sempre na “natureza humana”, mas como artefatos políticos e jurídicos que fundamentam positivamente o ordenamento institucional, que enquadra em uma comunidade política os direitos humanos, que se deslocam do campo

moral para a esfera propriamente política. Uma vez enfeixados como princípios fundadores, não devem estar sujeitos ao escrutínio ou à dúvida. Eles são a base e orientam normativamente um ordenamento político-institucional.

Temos aí uma das principais frentes de contraposição às formas autoritárias de poder. A linguagem política autoritária evoca valores supremacistas e elitistas, supondo, assim, que o valor humano só se realiza a partir da afirmação de uma humanidade restrita a alguns, naturalizando as desigualdades e a brutalidade. A afirmação do outro e dos horizontes ampliados do pertencimento humano, das formas de organização da vida coletiva, dos modos de viver, cuidar, cooperar e coexistir estão sempre sob assédio das pulsões autoritárias. Quando a brutalidade avança na vida pública, os modos autoritários de poder se encarregam de colocar em funcionamento suas máquinas de aniquilação da vida e dos sentidos da experiência humana compartilhada. No processo de afirmação de modos limitados de existência, são mobilizadas formas de falsificação do real. A dignidade humana é transformada em dignidade de um grupo de fiéis, ou em marcador de distinção e negação do outro; os parâmetros da vida pública são descritos como opressão; a violência – matar e deixar morrer – é afirmada como exercício das liberdades; a pluralidade é recusada em nome de um narcisismo ilimitado. Nesse contexto, a liberdade é o grito do individualismo sem coletivo, sem importar o outro, sem os sentidos da igualdade, tornando-se um tipo de liberdade esvaziado de conteúdo, pronto para ser mobilizado pelo pior de nós.

De certo modo, sofremos dos males decorrentes do lento deslizamento do conteúdo político dos direitos humanos para a esfera estritamente moral da vida coletiva. Após balizarem, no último quarto do século XX, o árduo e tortuoso processo de redemocratização vivido simultaneamente em diversos pontos da América Latina, funcionando como o princípio fundador da política nos termos pensados por Arendt, os direitos humanos são recapturados pelo discurso moral. Nesse deslocamento encontra-se uma das fontes da dor que nos assola. Afinal, como ensina MacIntyre (1985), entre outros, nosso tempo é marcado por uma indecidibilidade moral de base, esfera em que diferentes perspectivas parecem se equivaler, e a afirmação de preceitos fundadores parece sempre açoitada pela volatilidade do relativismo. É na esteira desse deslocamento da lógica dos direitos humanos que o autoritarismo viceja, e a “fusão de horizontes distintos”, propugnadora de um projeto social pautado pelas ideias de solidariedade e de respeito recíproco, é interpelada por diferentes modos de odiar.

Os modos contemporâneos de expressão do autoritarismo político têm como uma característica importante: a capacidade de acionar essas máquinas de destruição mesmo em escopos políticos que preservam relativa institucionalidade democrática. Tem sido recorrente que forças políticas que operam sob plataformas autoritárias – inclusive com inclinações fascizantes – sejam eleitas pelo voto e promovam a corrosão das democracias sem solapar de uma vez só as instituições. A ampliação da adesão política a movimentos de extrema-direita de caráter autoritário tem esvaziado a legitimidade das instituições democráticas. Restando, assim, só a casca formal dos parâmetros democráticos, abre-se um campo sobre o qual avançam os modos autoritários de poder.

Os trabalhos que compõem este dossiê são investigações teóricas e empíricas sobre os desafios dos Direitos Humanos em um contexto de ampliação das violações de direitos de minorias, do desprezo às populações vulneráveis, da eliminação dos povos da floresta, da ameaça aos ativistas, da criminalização dos protestos, do silenciamento, do fortalecimento do racismo estrutural, da violência política estendida, da precarização laboral massiva, do incêndio da democracia e da ostentação da destruição do meio ambiente. Os quatro artigos que aqui reunimos abordam contextos nos quais vemos em movimento as máquinas de destruição autoritária, ou vislumbramos os riscos que elas representam quando nos espreitam.

Martinho Tota apresenta, assim, em *Ser tão, ser tanta/o(s), sobre ser trans no Sertão*, uma etnografia que nos conduz às violências, riscos, constrangimentos, vetos subcutâneos que se exercem sobre uma pessoa trans no sertão paraibano. Ao nos conduzir na narrativa das experiências de Iohannah em seu “interminável e nuançado trabalho de construção de si”, Tota nos indica as formas por vezes explícitas, por vezes silenciosas, pelas quais a violência se exerce sobre pessoas trans. É dos fios de um relato que enfoca uma pessoa que o autor estabelece a trama compreensiva a partir da qual analisa as políticas públicas voltadas para os direitos LGBT no contexto político atual. O texto de Martinho Tota expressa, ainda, outra reflexão fundamental: as tensões narrativas entre o relato, o conto, a fábula e a invenção. Compreender como discursos engendram realidades é algo urgente para qualquer tentativa de compreensão de um mundo colonizado por imagens, memes, postagens instantâneas que têm sido vias de difusão de ideologias autoritárias. O esforço narrativo de Tota propõe, assim, um mundo possível de ser habitado, um mundo em que caiba Iohannah e cujos limites sejam expandidos por ela.

É no terreno das imagens, campo ocupado pelos modos corrosivos do humano e da política, que Hernán Ulm pensa a questão dos Direitos Humanos. Em *Derechos Humanos: una cuestión permanente*, ele apresenta uma reflexão sobre o modo pelo qual as imagens ocupam lugar central nas formas de “agenciamento neoliberal” dos sentidos sociais. Em diálogo com Debord e Flusser, ele reflete sobre a ilusão da transparência fotográfica das imagens técnicas que operariam, assim, como ferramentas de modulação das sensibilidades sob o signo de imediato, do instantâneo, da insatisfação e do tédio permanentes do neoliberalismo. Em uma espécie de busca por um contrafeitiço, de antídoto imagético, Ulm analisa as fotografias exibidas na mostra *Derechos Humanos, una cuestión permanente*, realizada em Salta, Argentina, coorganizada pelo Instituto de Investigaciones en Cultura y Arte (IICA), dependente da Secretaria de Extensión Universitaria da Universidad Nacional de Salta (UNSa Argentina), pelo mestrado em Direitos Humanos da Facultad de Humanidades da UNSa, pelo Museo Histórico da UNSa e pela Coordinación de Bibliotecas y Archivos de la Provincia de Salta. As fotografias de Flor Arias, Isidoro Zang, Marcelo Abud, Beatriz Juárez, Javier Corbalán e Víctor Notar Francesco e a performance de Soledad Sánchez Goldar permitem reconstituir sentidos e permanências, feridas e cicatrizes de corpos violentados hoje e no passado. Corpos que reivindicam existência diante da máquina de destruição neoliberal.

Já Maria Patricia Gonzalez Chavez, em *La Justicia Transicional: reflexiones y debates para un paradigma a revisión*, aborda um tema central para a América Latina, que ainda convive com os passivos e legados dos regimes autoritários do século passado e a violência interna massiva e maciça. O texto de Gonzalez Chávez traz de forma didática, mas consolidada, trajetórias teóricas de debate e reflexão. Apresenta questões urgentes, tensões existentes nos processos da justiça transicional colocando exemplos da nossa região. Seu enfoque crítico contribui para a discussão regional num processo em andamento cheio de desafios e limitações.

Em *Violencia adultista em lacoyuntura pandémica en América Latina: Niñeces invisibilizadas, niñeces vulneradas*, Gabriela Paula Magistris trata das maneiras pelas quais uma matriz cultural adultocêntrica promove a invisibilidade das crianças como sujeitos políticos e sociais. Ela aborda a questão tendo como enfoque o contexto pandêmico na América Latina. Trata-se de um tema central para a região, tendo em vista que variados contextos violentos afetam especialmente crianças e adolescentes. A autora revisita a imagem da “infância feliz”, a definição das crianças como “objetos de cuidado”, e reflete sobre a

“privatização da infância”, como três dimensões estruturantes da ampliação da violência adultista no contexto pandêmico.

Finalmente, em *Participação social nos conselhos de políticas públicas na “era Bolsonaro”*: o caso do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Assis da Costa Oliveira faz o que ele próprio define como uma “história do presente” das principais movimentações políticas, institucionais e jurídicas referidas à condução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), ao longo dos primeiros anos do governo de Jair Bolsonaro. Em sua análise, ficam patenteados os esforços de esvaziamento da lógica participativa que orientou a estruturação da vida pública brasileira sob a égide da Constituição de 1988. Acompanhamos os modos pelos quais a instância articuladora em nível nacional de um dos campos paradigmáticos do associativismo civil brasileiro, o ativismo pela garantia dos direitos das crianças e adolescentes, é açoitada pelo recrudescimento do ideário autoritário e conservador que vem ganhando corpo no Brasil e se traduziu no resultado das eleições de 2018. Esse ataque a um campo tão sensível acaba funcionando como uma espécie de expressão metonímica da crise e dos dilemas enfrentados pela democracia brasileira antes mesmo de ver consolidados seus marcos fundadores.

Estes cinco trabalhos em conjunto constituem, portanto, um mosaico que reúne fragmentos de um debate de múltiplas dimensões, num caleidoscópio da dignidade: a reflexão sobre direitos humanos e violência em contextos de avanço de matrizes autoritárias de poder. Todos os artigos refletem sobre conceitos, imagens e palavras, modos de encontrar os fios que resistam à destruição dos sentidos comuns da existência e, assim, dar pistas para a permanência das gramáticas políticas democráticas.

Referências

ARENDR, Hannah.
(2021). *As Origens do Totalitarismo*. São Paulo:
Companhia das letras.

MACINTYRE, Alasdair.
(1985). *After Virtue. A Study in Moral Theory*.
London: Duckworth.

HUNT, Lynn.
(2009). *A invenção dos Direitos Humanos: uma
história*. São Paulo: Companhia das Letras.